



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



## PESC em debate

Evento realizado a 18 de Dezembro de 2006

por Lília Ramos

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) promoveu no dia 18 de Dezembro de 2006 um debate de fim de tarde: "Política Externa e de Segurança Comum".

Este foi o segundo do ciclo de três debates "A Defesa e a Segurança dos Cidadãos na UE do Século XXI".

O evento contou com a presença de:

Manuel Lobo Antunes, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Carlos Gaspar, Director do IPRI (Instituto Português de Relações Internacionais)

Luís Pais Antunes, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

O debate teve início com a Dra. Margarida Cardoso, Administradora do Centro, que dá as boas vindas aos intervenientes. O CIEJD tem vindo a contribuir, desde Abril deste ano, para o debate nacional sobre o futuro da Europa. "A Política Externa e de Segurança Comum é uma das políticas mais relevantes para a afirmação da Europa no mundo e foi objecto de importantes avanços no quadro do projecto do Tratado Constitucional da União Europeia."

### Segundo pilar da UE

É no contexto geopolítico do início dos anos 90, que assinala o fim da Guerra Fria, a reunificação da Alemanha e o colapso da ex-Jugoslávia, que os Estados-Membros tomaram finalmente a decisão de se munir de um novo instrumento para as relações externas da União Europeia: a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que prevê uma política comum da defesa.

A PESC encontra uma base jurídica a nível europeu com o Tratado de Maastrich, em 1992.

A PESC constitui, assim, o "segundo pilar" da EU. Distingue-se pelos seus procedimentos de funcionamento, de natureza intergovernamental, e pela necessidade de um consenso de todos os Estados-Membros aquando do processo de tomada de decisão. Todavia, os Estados-Membros têm a possibilidade de recorrer a uma abstenção construtiva, o que significa que a abstenção de um Estado-Membro não impede a aprovação de uma decisão.

## A chave do problema

Manuel Lobo Antunes começa por dar um panorama actual da PESC. "Sobre a PESC, o que vos posso dizer é que neste momento o Tratado Constitucional propunha avanços significativos, mais formais e instrumentais do que propriamente materiais ou substantivos. Quando eventualmente ultrapassarmos o referido impasse constitucional, poderemos acordar em progressos e avanços inspirados nas soluções que o Tratado Constitucional nos oferece."

A PESC propriamente dita não está em vigor neste momento, portanto há uma PESC 'tradicional' que depende da vontade dos Estados-Membros. "É dito e eu acho que com absoluta verdade, e é de facto evidente, que a PESC é aquilo que os Estados Membros querem que seja. A União Europeia intervirá mais ou menos e a intensidade dessa intervenção será tanto maior ou tanto menor quanto for efectivamente a vontade dos Estados Membros nesse sentido. A chave do problema está naturalmente nos Estados Membros e na prontidão e na vontade que estes têm de ceder parte dos seus poderes e parte da sua soberania a entidades e a órgãos que são de natureza tendencialmente supra nacional."

Passa muitas vezes a ideia da União Europeia como algo independente dos Estados Membros, qualquer coisa abstracta, etérea, que se realiza a ela própria sem que seja produto ou projecto de vontades exteriores. "A União Europeia não é uma entidade abstracta, etérea. Ela alimenta-se daquilo que os Estados Membros estão dispostos a dar e a reconhecer. Portanto, a verdade é que o nosso Alto Representante, o Secretário-geral Javier Solana, tem os poderes, tem o mandato e a liberdade de acção que os Estados Membros lhe delegam."

A PESC é uma questão continuamente debatida e discutida ao pormenor no Tratado da Constituição Europeia. Os Estados-Membros chegaram a um consenso que prevê a substituição do Alto Representante pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Este lugar resulta da fusão das funções de Alto Representante para a PESC e de Comissário das Relações Externas. Será igualmente Vice-Presidente da Comissão e mandatário do Conselho para a PESC. "Ninguém esconde que estas figuras híbridas podem naturalmente em certas circunstâncias ter zonas de competência eventualmente sombrias. Podem surgir situações pouco claras. Foi a solução de consenso e nas circunstâncias actuais representa um progresso."

Frequentemente são realizadas sondagens sobre o que cidadãos europeus esperam da União Europeia. "Muitas das manifestações expressas vão no sentido de uma Europa mais afirmativa nas relações internacionais, uma Europa mais eficaz, uma Europa que deixe a sua marca, que deixe a sua voz e que eventualmente possa até resolver conflitos. Mas a verdade é que na prática estas aspirações ainda não encontraram o eco suficiente para serem reflectidas em textos legais que sejam aprovados por todos os Estados Membros."

## Agenda ambiciosa

Na Presidência Alemã e depois durante a Presidência Portuguesa o Tratado Constitucional, e as soluções que propõe, irá ser revisitado. Seja para confirmar as soluções propostas, seja para as aprofundar, ou eventualmente para as reformular num sentido mais restritivo. "Com ou sem Tratado



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



Constitucional, o desenvolvimento, o aprofundamento da PESC vai estar em cima da mesa e a União Europeia vai ser obrigada a reflectir seriamente sobre este tema e decidir avançar ou não. Mas eu suponho que é de interesse de todos, que é um interesse da Europa, que é um interesse do mundo que avancemos."

Nos 6 meses da Presidência Portuguesa no âmbito da política externa, tal como consta no programa, irão ser realizadas cimeiras importantes. Para além de uma Agenda formal, a Presidência Portuguesa compromete-se com temas como o reforço das relações transatlânticas, o reforço dos laços da União Europeia com os países da América Latina, com a Ásia, com os países do Norte de Africa e com o Sul do Mediterrâneo. "É uma Agenda ambiciosa mas que nos parece absolutamente indispensável. Eu tenho dito que as dificuldades da Presidência são também testes à sua capacidade de afirmação, de acção em relação aos problemas. Em qualquer presidência temos de estar preparados para os acontecimentos que são inesperados e que naturalmente as presidências terão de forma eficiente e eficaz dar resposta muitas vezes sem terem no imediato os instrumentos que permitam dar a resposta eficaz."

### **Uma contribuição pessoal**

Luís Pais Antunes, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, toma a palavra e começa por agradecer o convite para debater o futuro da Europa. "Não sou o porta-voz da Comissão de Assuntos Europeus, nem a visão do PSD (Partido Social Democrata) do qual sou vice-presidente, portanto, o que vou fazer é dar uma contribuição pessoal."

Sobre a PESC, Luís Pais Antunes confessa que a sua opinião não mudou praticamente nada ao longo dos últimos 20 anos. "Se há coisa que a Política Externa e de Segurança Europeia não tem é comum. Acompanhei com algum interesse a preparação do Tratado Constitucional e, sinceramente, acho que não é nenhum Ministro de Negócios Estrangeiros Europeu que vai resolver o que quer que seja. Pelo contrário, se algum dia viermos a ter um Ministro de Negócios Estrangeiros Europeu, aquilo que nós vamos verificar de forma mais concreta é que de facto há um desfazamento muito grande entre aquilo que vão ser as posições desse Ministro de Negócios Estrangeiros Europeu e aquilo que vai ser a posição de um número significativo de Estados Membros da União Europeia. Portanto se há matéria em que aquela famosa afirmação que a Europa é um gigante económico e um anão político é nesta."

Também como o Sr. Secretário de Estado, o vice-presidente da Comissão pensa que o problema da PESC se envolve na questão de soberania dos Estados Membros. "Acho que o debate sobre a Europa, a soberania, a repartição de competências, a entrega ou a devolução de competências é talvez, na minha modesta opinião, um debate bastante mais importante que a de saber se o Tratado Constitucional foi bem ou mal encaminhado, foi bem ou mal referendado, foi bem ou mal discutido. Acho que a questão que está sempre no centro das discussões é a questão de poder e de repartição de competências."

No que respeita à Agenda da Presidência Portuguesa, Luís Pais Antunes mostra alguma preocupação. "Existe realmente uma Agenda ambiciosa. O problema das Agendas ambiciosas, é que muitas vezes acabamos por ser vítimas da nossa ambição. Eu acho que o problema de várias presidências é



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



que para tentar conciliar os diferentes interesses nacionais, que são muitos, com a Política Externa e de Segurança Comum acaba por disparar em todas as direcções. Quando se vê a lista de prioridades, é prioridade a África, a América Latina, a Ásia, é o Mediterrâneo, é tudo. Portanto, deixa de existir verdadeiras prioridades. E do ponto de vista de um país como Portugal, eu acho que isso é particularmente penalizador. Eu pessoalmente, entre três grandes prioridades que nós temos (Mediterrâneo, África, América Latina) escolheria duas e tentaria fazer alguma coisa verdadeiramente útil nessa matéria."



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



## Tudo no mesmo saco

A Política Europeia de Vizinhança (PEV), lançada em 2003, tem por objectivo permitir aos países vizinhos da União Europeia beneficiarem da estabilidade, segurança e prosperidade da União em condições diferentes das de uma adesão à União Europeia. Esta política, que visa evitar o surgimento de novas clivagens na Europa, propõe a estes países o reforço da cooperação política, económica, cultural e de segurança, assenta em valores comuns como a democracia, o Estado de direito, o respeito dos direitos humanos (incluindo a liberdade dos órgãos de comunicação), bem como em interesses comuns, nomeadamente o desenvolvimento sustentável.

Desde o lançamento do Processo de Barcelona<sup>1</sup>, instalou-se um novo espírito de parceria e, apesar dos avanços e recuos do processo de paz no Médio Oriente, puderam ser realizados numerosos projectos de envergadura favorecendo a cooperação. "Portugal pode e deve dar um contributo importante na questão da política da vizinhança e promover as relações Euro-Mediterrânicas. No entanto, acho que a Europa tem de fazer uma opção clara nesta matéria e não pode cair como tem caído, na minha opinião, na tentação de meter tudo no mesmo saco. No saco da política de vizinhança nós temos países que nunca serão membros da União Europeia e um outro conjunto que até têm vocação para se tornarem Estados Membros. Meter no mesmo saco realidades tão distintas até nas abordagens que se fazem é um erro. O saco tem a situação do Leste, da Rússia, das Ex-Repúblicas Soviéticas, do Mediterrâneo, de algumas regiões da Ásia que estão próximas do Oriente, etc. Penso que seguir a lógica dos pequenos passos seria a melhor opção."

## Realidade inescapável

A Política Externa de Segurança Comum é uma realidade inescapável nos próximos meses e designadamente nos próximos 18 meses da presidência tripartida entre a Alemanha e Portugal e a Eslovénia<sup>2</sup>. Carlos Gaspar, Director do IPRI - Instituto Português de Relações Internacionais, dá três razões para fundamentar essa posição.

A primeira razão prende-se com o facto do processo da construção europeia estar a atravessar uma crise séria, talvez a crise mais séria da União Europeia

<sup>1</sup> O Processo de Barcelona é completado pela Política Europeia de Vizinhança, no âmbito da qual são lançados programas de reformas políticas e económicas, cuja importância e rapidez dependem da vontade dos países parceiros. O Processo de Barcelona visa, assim, promover as relações entre a União e os países e os territórios da bacia mediterrânica. Elaborado em 1995, constitui um quadro regional que reúne parceiros a nível técnico e político, a fim de promover e de desenvolver os interesses comuns. Este processo multilateral é apoiado por uma rede de relações bilaterais entre cada país parceiro mediterrânico e a União, que revestem a forma de Acordos de Associação.

<sup>2</sup> A presidência alemã decorre no primeiro semestre de 2007, seguindo-se Portugal, na segunda metade deste ano, e a estreada Eslovénia, no primeiro semestre de 2008.



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



desde a rejeição do Tratado da Comunidade Europeia de Defesa em 1954<sup>3</sup>. "Esta crise europeia põe em causa a orientação estratégica e política de dois dos países fundadores e uma das principais potências da União Europeia. A rejeição de um Tratado Constitucional da União Europeia, não apenas do seu nome, mas também no sentido próprio, obriga-nos a ter uma atenção particular em relação a essa questão. A Presidência alemã decidiu, com coragem, que a resolução deste impasse era a sua prioridade não apenas por seis meses mas até 2009. Há razões para ser céptico em relação à possibilidade de se ultrapassar esta crise. A crise interna vai durar e revelar-se mais dura do que se possa pensar. Por isso acho que a Política Externa de Segurança Comum, tal como a Política Europeia de Segurança e Defesa, vão adquirir uma força, uma visibilidade e uma importância crescente nos próximos meses. Concordo com o Sr. Secretário de Estado de Assuntos Europeus quando ele diz que, em qualquer caso, com Tratado ou sem Tratado e na revisão do Tratado, a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) são sempre parte integrante da solução para a resolução desta crise. Vão ser parte integrante da solução para manter um certo dinamismo externo do processo europeu perante a paralisia interna imposta pela crise à volta do Tratado Constitucional. Vai haver uma assimetria inédita na construção europeia desde 1956 em que a política internacional da União Europeia vai ser mais importante na política europeia do que a política interna. É uma situação nova, não sei se as pessoas estão preparadas para tratar das coisas dessa maneira, mas creio que é isso que vai acontecer nos próximos 18 meses."

A segunda razão pela qual a PESD e as PESC são realidades inescapáveis prende-se com o problema do Médio Oriente. "Podemos estar nas vésperas de uma guerra no Médio Oriente e a União Europeia está profundamente empenhada na região. Efectivamente, nos últimos anos, a PESC e a PESD desenvolveram a participação da União Europeia impulsionando os Estados membros para integrar as forças das Nações Unidas no Líbano ou da Aliança Atlântica no Afeganistão e tentar conter a escalada para uma guerra regional no Médio Oriente. A presença da União Europeia no Quarteto e da Alemanha, da França e da Grã-Bretanha nas conversações para o desarmamento nuclear militar do Irão completam esse cenário de envolvimento profundo no Médio Oriente. O facto de haver uma presença de forças militares de da União Europeia ou de Estados membros da União Europeia no Afeganistão e no Líbano, onde existem guerras civis, representa um risco de guerra.

A questão que está posta é saber se com ou sem Tratado Constitucional, com ou sem articulação das várias dimensões internacionais da política europeia, a UE vai conseguir ter uma intervenção efectiva perante a escalada dos conflitos e se vai ter capacidade para os conter. A chave para a definição dessa estratégia tem a ver com por um lado a articulação das posições estratégicas entre a UE e os EUA e por outro a definição do futuro das relações entre a UE e a Turquia e Israel, designadamente com a Turquia que é o principal aliado regional da Aliança Atlântica e da UE<sup>4</sup>. As questões do alargamento à Turquia deixaram de ser questões estritamente técnicas e

<sup>3</sup> Não é a primeira vez que a Europa se confronta com um "não" em referendos sobre a construção europeia. A Dinamarca disse "não", em 1992, ao Tratado de Maastricht; a Irlanda disse "não", em 2001, ao Tratado de Nice. Mas a França é uma grande potência na União Europeia, um país fundador e motor da construção europeia. O "não" da França e da Holanda não é o fim da construção europeia, mas sim o princípio de uma crise.

Veja mais em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=117>

<sup>4</sup> A Turquia viu reconhecido o seu estatuto de candidata em 1999 e é um membro associado desde 1963.



passaram a ser questões eminentemente políticas e estratégias quando se está na eminência de um conflito geral no Médio Oriente.

O facto de pensar que a PESC vai ter uma visibilidade crescente tem a ver com o facto de haver uma expectativa crescente em relação à presença internacional da UE. Todos sabemos que a PESC e a PESD estão limitadas pela decisão soberana dos Estados Membros."

Carlos Gaspar refere as prioridades da presidência portuguesa como uma terceira razão. "O Médio Oriente é já uma prioridade que se impõe por si própria. Outra prioridade é a realização da Cimeira da UE-África<sup>5</sup>. Creio que devíamos ter também em conta que, em relação à Política de Vizinhança, o caso da Ucrânia, da Moldávia e da Transnistria. Há também a questão do reconhecimento do Kosovo como Estado soberano e independente que se vai colocar a partir do primeiro trimestre de 2007<sup>6</sup>. Julgo que nesta questão Portugal deve ter uma palavra importante a transmitir. O reconhecimento do Kosovo como entidade independente é inoportuno e dispensável. Hoje em dia começaram a existir na política internacional entidades territoriais separadas sem soberania e mesmo quando a têm formalmente não a podem exercer ou não são capazes de exercer. Todas essas situações são ambíguas mas a sua virtude está precisamente em serem ambíguas e em poderem continuar assim. Creio que o reconhecimento do Kosovo iria provocar uma crise inteiramente dispensável entre a União Europeia e a Sérvia. É preciso evitar problemas no pior momento possível, justamente quando é preciso que a UE se concentre na realização das suas prioridades."

## Debate aberto

As perguntas foram lançadas pela plateia. O debate reflectiu o grande interesse dos participantes sobre as questões levantadas durante o momento discursivo.

A primeira pergunta foi pertinente. "Deverão os cidadãos de diferentes países mentalizar-se que existe uma união comum na Política Externa de Segurança Comum ou uma união de interesses muito divergentes? Será que temos todos os mesmo objectivos?"

Manuel Lobo Antunes, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, respondeu. "Os indicadores estatísticos apontam a que a opinião pública gostaria de ter uma União Europeia mais activa, mais decisiva, mais visível, mais influente nos conflitos que angustiam as pessoas. Até agora a UE não foi capaz de conceber ou acordar nos instrumentos que possam dar resposta a essas aspirações. Eu acho que temos uma Política Externa de Segurança Comum, mas acho que ela pode ser ainda mais comum. Nós vemos que ela é comum em determinados conflitos mundiais ou em determinadas situações.

<sup>5</sup> A Cimeira UE-África, que o Primeiro-Ministro, José Sócrates, considera como "absolutamente prioritária", irá abordar diversas vertentes do diálogo entre os dois continentes, como a económica ou a da cooperação política. Espera-se que esta cimeira seja um dos pontos altos da presidência portuguesa da União Europeia.

<sup>6</sup> O governo kosovar terá a partir de 2007 poderes institucionais, jurídicos, legislativos e competências internacionais. Está prevista também a manutenção de uma presença civil e militar internacional na região. Esta forma de independência com supervisão internacional, bem acolhida pela elite política kosovar albanesa, foi qualificada pelo Presidente sérvio Boris Tadic como "contrária à Constituição", por não respeitar a soberania e a integridade territorial da Sérvia.



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



Evidentemente as tropas da UE estão no Líbano sobre a égide das Nações Unidas, mas a verdade é que houve toda uma concertação prévia entre os Estados Membros a esse respeito que permitiu, de uma forma conjugada, alguma liderança dos próprios Estados Membros.

Eu julgo que a UE é uma construção que se vai fazendo à medida que as necessidades ou situações ou os problemas vão surgindo. Eu acho que não deve ser qualquer coisa a ser construída com um objectivo fixado previamente e sobretudo com um objectivo deste tipo. É sobretudo um objectivo ambicioso. Eu não sei se os cidadãos europeus querem ou não a unidade política, mas sei que os cidadãos europeus querem mais segurança, sei que os cidadãos europeus querem mais política para o desenvolvimento, sei que os cidadãos europeus querem desenvolver relações comerciais harmoniosas com os outros países. É perante estas necessidades que nós devemos agir, que nós devemos ter à nossa disposição os equipamentos necessários. Se um dia os cidadãos europeus quiserem construir uma verdadeira realidade constitucional, ela far-se-á porque essa vontade não deixará de ser expressa. Naturalmente que os cidadãos europeus que estariam nas urnas contra o Tratado Constitucional, na altura consideraram que não era necessário ou que não desejavam que o Tratado Constitucional entrasse em vigor."

A segunda pergunta foi especialmente dirigida a Carlos Gaspar, Director do Instituto Português de Relações Internacionais. "A nossa opinião pública portuguesa não tem uma ideia muito clara sobre a diferença entre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD). Precisa de um esclarecimento. Verifica-se uma certa confusão com a defesa e as forças armadas e com a segurança e forças de segurança. Durante a presidência prevê-se um esclarecimento da opinião pública em relação a isto?"

Carlos Gaspar começa por concordar que os esclarecimentos acerca da questão da PESC e da PESD são sempre necessários. O conceito de segurança e principalmente o de defesa não são estáticos. Evoluem e têm evoluído muito marcadamente nos últimos anos. "Creio que as opiniões sobre a política na Europa Ocidental são ambivalentes. Por um lado, há uma ressurgência dos valores nacionais, uma maior valorização do Estado e das identidades nacionais e ao mesmo tempo há uma vontade de ter menos Europa dentro de casa e mais Europa fora de casa. Há uma percepção mais clara da relevância da Europa porque os problemas internacionais exigem uma acção colectiva da União Europeia, da Aliança Atlântica perante as ameaças externas. Por exemplo, o problema da segurança energética começa a ter uma visibilidade crescente. A segurança energética tem efeitos directos sobre os impostos que as pessoas pagam e na estabilidade da economia europeia. Julgo, sem querer ser excessivamente optimista, que a percepção, embora difusa, das opiniões ocidentais é de que há um problema de segurança externo: terrorismo, segurança energética, emigração, fundamentalismo islâmico.

É evidente que não temos uma grande ameaça como tivemos na Guerra Fria. Mas há a percepção de uma ameaça, há um sentimento de insegurança e a construção europeia, perante o impasse interno e perante a relutância de uma parte da opinião pública em ter mais Europa internamente, deve concentrar-se em dar resposta aos problemas da insegurança. Trata-se de questões, de problemas reais e comunitários dos cidadãos, que merecem uma resposta que excede a escala nacional e até europeia.



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors



Perante a crise do Tratado Constitucional da UE é preciso fazer efectivamente a Europa da defesa, que não é incompatível com a continuidade da comunidade transatlântica da defesa. Ela não existe neste momento, pelo menos concretamente. Não temos uma Política Externa de Segurança Comum. Temos uma Política de Segurança Comum com P grande, E grande, S grande e C grande, mas concretamente não temos uma política de segurança e de defesa europeia. Ainda não houve uma crise suficientemente importante para revelar a vontade comum do conjunto de países da União Europeia em responder a uma crise internacional em comum. Ainda não houve efectivamente uma prova dos nove, uma grande crise externa perante a qual a UE tivesse que se decidir. Por um lado ainda bem que assim é, mas essa crise pode aparecer no Médio Oriente."

A terceira pergunta espelhou uma dúvida comum a muitos cidadãos europeus. "Até que ponto o Alargamento da UE garante ou não a segurança dos cidadãos da União Europeia?"

O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus deu a sua opinião. "Eu acho que o alargamento foi e é importante para a segurança europeia e relaciona-se também com a Política Europeia de Vizinhança aqui referida pelo Dr. Luís Pais. É verdade que a Política Europeia de Vizinhança sofre de alguma eventual dispersão. É evidente que na Europa, vizinhos temos muitos. Mas ela assenta num conceito fundamental que é o conceito de segurança nas nossas fronteiras. Por outro lado tem também a flexibilidade suficiente para que em cada caso concreto haja um instrumento com prioridades e objectivos específicos. Eu julgo também que nada do progresso da constituição europeia será possível sem o apoio da opinião pública. Qualquer participante do processo europeu não pode deixar de ter em conta as reais expectativas e aspirações da opinião pública."

A quarta, e última, pergunta, sobre a temática da soberania, suscitou duas respostas.

"Quando se fala de Política Externa de Defesa a primeira palavra que nos vem à mente, como cidadão comum, é impotência.

A Europa precisa de espaço para ocupar o seu lugar, a Europa depende dos vizinhos para encontrar uma política externa. Perante esse cenário como encarar esse crescimento da Europa que poderá até colidir em certa medida com o interesse americano?

É certo que nós temos de abdicar de uma parte da nossa liberdade individual em prol de uma segurança efectiva. Até que ponto os Estados Membros estarão dispostos a abdicar desta liberdade individual?"

Carlos Gaspar começa por responder. "O mais importante na Política Externa de Segurança Comum (PESC) é o facto de ela não existir. Os Estados Unidos, depois do 11 de Setembro de 2001, entraram numa nova fase de intervenção na política internacional, que tornou a ausência da Política Externa de Segurança Comum ainda mais evidente. E pode ser que não seja possível ultrapassar essa impotência da União Europeia. A questão que se põe é uma questão histórica. A questão histórica da construção europeia é também em saber se a UE é apenas uma forma das principais potências se retirarem definitivamente da história. E com razão. Depois das duas guerras mundiais, é uma questão moral que está em aberto com a PESC. Há outra vez outra ameaça externa relevante em relação à UE, com contornos cada vez mais precisos e claros. Existem condições institucionais, políticas, estratégicas para a UE agir, para Grã-Bretanha, para a Alemanha, para a França encontrarem



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors





um consenso sobre uma política no Médio Oriente. Vamos ver nos próximos meses se esse consenso se vai concretizar numa estratégia de acção europeia ou não."

Luís Pais Antunes toma a palavra. "Sobre a questão da impotência da Europa versus Estados Unidos da América mesmo num período em que os últimos estão diminuídos. A questão é simples. Os Estados Unidos mesmo diminuídos falam pela boca ou do Presidente George Bush ou pela Secretária de Estado Condoleezza Rice, mas falam por uma voz, podem até dizer coisas menos acertadas mas dizem aquilo que dizem. Ao passo que na Europa fala o Primeiro-Ministro inglês, fala o Primeiro-Ministro francês, fala o Primeiro-Ministro alemão e cada um atira para o seu lado e portanto é óbvio que é muito difícil. Cada um chega à frente e marca uma determinada posição, a partir daí coloca-se em cima da mesa e saem as posições comuns que muitas vezes são os menores denominadores comuns. Enquanto se passar assim não há grande volta a dar.

Eu acho que o problema europeu é bastante mais fácil de diagnosticar do que de resolver. Nós não temos na União Europeia, nem nunca tivemos um sistema claro e objectivo de repartição de competências. Há um conjunto muito significativo de competências sobrepostas, de competências paralelas. A solução é: ou há uma implosão, e há um risco sério de isso acontecer, e das cinzas dessa implosão renascerá uma nova entidade política europeia ou então estamos na lógica, que é aquela que eu acho que vivemos actualmente, que é imaginemos uma casa velha com a agravante de ter cada vez mais inquilinos, as rachas nas paredes são cada vez maiores, há cada vez mais infiltrações e andam os bombeiros a tentar tapar os buracos. Mas não podemos ter a aspiração que nas situações actuais, a casa por si só vá rejuvenescer.

Como o Dr. Carlos Gaspar, estou inteiramente de acordo sobre a questão da segurança energética como grande ameaça. Eu tenho é muitas dúvidas que a segurança energética seja já percebida como uma ameaça. Aliás os padrões de consumo da energia eléctrica demonstram o contrário. Acho que houve um período em que o petróleo começou a subir muito rapidamente, depois baixou e estabilizou um pouco. No entanto, apesar do preço do petróleo estar a níveis historicamente muito elevados, para a maioria das pessoas, a crise energética acabou. De uma forma geral, a Europa não percebeu ainda a segurança energética como uma ameaça.

Contudo, houve uma área em que a opinião pública percebeu uma grande crise. Talvez não tanto no 11 de Setembro de 2001, mas nos dois atentados em Espanha e em Londres. Mas foram os governos que não souberam acompanhar essa vontade da opinião pública. A UE deu alguns passos em relação ao terrorismo mas ficamos claramente aquém daquilo que seria possível e desejável. Eu não tenho dúvidas que se após os atentados em Madrid e Londres, a Europa tivesse proposto medidas altamente concentradoras de poderes em matéria de luta contra o terrorismo, conseguiria o apoio talvez unânime da esmagadora maioria dos cidadãos, da opinião pública em geral."

A Dra. Margarida Cardoso encerra o debate agradecendo o interesse demonstrado e a presença de todos os participantes e oradores.



Centro de Informação Europeia  
Jacques Delors

